



Ações Educativas para Inclusão de Deficientes Visuais no Sistema de Ensino

Sebastiana Micaela Amorim Lemos¹; George Pimentel Fernandes²

Resumo: No presente artigo iremos abordar os processos históricos e políticos da educação de deficientes visuais no Brasil e no Ceará. Já na região do Cariri, serão destacadas as ações educativas nos principais polos de atendimento as pessoas com necessidades especiais no Cariri com foco nos deficientes visuais. Na Secretaria Municipal de Educação de Crato com a Escola de Ensino Médio de Tempo Integral Governador Adauto Bezerra e a E. E. I. E. F. Liceu Diocesano de Artes e Ofícios; o Centro Educativo do Cariri de Apoio as Pessoas com Deficiência Visual; o Geopark Araripe; o NUARC (Núcleo de Acessibilidade) da Universidade Regional do Cariri – URCA e Biblioteca da Universidade Regional do Cariri – URCA. Em Juazeiro do Norte, a Secretaria Municipal de Educação de Juazeiro do Norte, a Secretaria de Acessibilidade da Universidade Federal do Cariri – UFCA. Este estudo teve como objetivo fazer um comparativo da educação especial no passado e mostrar o avanço no presente, com a efetivação do Atendimento Educacional Especializado e as ações educativas que consolidam a participação ativa de muitos estudantes deficiente visuais nas instituições de ensino. Esse trabalho desenvolve uma reflexão sobre o que podemos avançar em termos de educação inclusiva na região do Cariri, bem como, obtermos um panorama do que construímos até hoje, despertando o interesse para a realização de mais ações que envolvam pessoas com deficiência visual, dando-lhes oportunidades para atuarem de forma mais efetiva na vida em sociedade.

Palavras-Chave: deficiência visual. Ações educativas. Cariri.

Educational Actions for Inclusion of the Visually Impaired in the Teaching System

Abstract: In this article we will address the historical and political processes of the education of visually impaired people in Brazil and Ceará. In the Cariri region, educational actions will be highlighted in the main centers of care for people with special needs in Cariri with a focus on the visually impaired. At the Municipal Secretariat of Education of Crato with the Governador Adauto Bezerra Middle School and E. E. I. F. Diocesan School of Arts and Crafts; the Cariri Educational Center to Support the Visually Impaired; the Araripe Geopark; the NUARC (Accessibility Nucleus) of the Regional University of Cariri - URCA and the Library of the Regional University of Cariri - URCA. In Juazeiro do Norte, the Municipal Secretary of Education of Juazeiro do Norte, the Accessibility Secretariat of the Federal University of Cariri - UFCA. This study aimed to make a comparison of special education in the past and show the progress in the present, with the implementation of Specialized Educational Attendance and educational actions that consolidate the active participation of many visually impaired students in educational institutions. This work develops a reflection on what we can advance in terms of inclusive education in the Cariri region, as well as to obtain an overview of what we have built up to date, arousing the interest to carry out more actions involving people with visual impairment, giving them opportunities to act more effectively in society.

Keywords: visual impairment. Educational actions. Cariri.

¹ Aluna do Programa de Mestrado Profissional em Educação da Universidade Regional do Cariri – URCA. micaela_lemos@hotmail.com

² Professor do Programa de Mestrado Profissional em Educação da Universidade Regional do Cariri – URCA. pimentelcrato@gmail.com

Introdução

No âmbito da educação especial, os últimos vinte cinco anos, especificamente, houve uma reestruturação teórico-metodológico e conceitual, a necessidade do repensar as teorias que contribuem na práxis do fazer pedagógico.

Correntes foram renovadas: integração para a inclusão e perspectiva inclusiva, como também, o próprio direcionamento do público alvo da educação especial exigindo uma constante reflexão do professor, pois os alunos desta modalidade de ensino variam não somente enquanto categoria, como também nos âmbitos do desenvolvimento cognitivo, sensorial e motor, não dando espaço no que diz respeito ao papel do professor como mero transmissor de conhecimentos, e na visão contemporânea deve ser compreendido como um docente que deve refletir e pesquisar, característica do atendimento educacional especializado.

A história da educação especial é permeada pelas fases da exclusão, institucionalização, integração e inclusão, nas mais diferentes formas de atendimento as pessoas com deficiência visual.

A fase da exclusão é marcada pela crueldade em que as pessoas deficientes visuais eram subordinadas, totalmente jogados às margens, eram vistos como figuras representativas do pecado e eram jogados em fogueiras, lançados de penhascos ou submetidos à própria sorte, sofrendo os mais cruéis atos de uma sociedade excludente que valorizava a perfeição dos corpos como forma de privilegio e divindade. (ZAVAREZE, 2009; CORRÊA, 2010).

Esta fase repercute por um longo período histórico, que vai desde o início da civilização até meados do século XVIII com o renascimento, em que o desenvolvimento científico e técnico, mudam-se as concepções preconceituosas, e estas pessoas passam a ter um papel reconhecido na sociedade.

O fim desta fase foi marcado pela institucionalização que teve, pois, um carácter assistencial com a criação de institutos cujas intervenções eram médico-psico-pedagógico com uma educação especializada que não deixava de ser um processo segregativo.

Destacamos neste período, para as pessoas deficientes visuais, no Brasil, a criação do Imperial Instituto dos Meninos Cegos, pelo Imperador Dom Pedro II, 1854, que mais tarde teve seu nome substituído pelo Instituto Benjamim Constant (IBC) em 24 de janeiro de 1891, pelo decreto nº 1.320, em homenagem a Benjamim Constant Botelho de Magalhães que na época

era o ministro da Instrução Pública, Correios e Telégrafo, no governo republicano de marechal Deodoro da Fonseca. (MASINI, 2003; CORRÊA, 2010; MOSQUERA, 2010; MAZZOTTA, 2011).

Mas como surgiu este Instituto? Primeiro temos que ter em mente a existência das influências políticas na construção do Imperial Instituto dos Meninos Cegos, enquanto muitos deficientes visuais precisavam de assistência educacional, foi necessário que alguém influente da corte precisasse dos serviços e de forma definitiva para que o Instituto fosse efetivado. Mosqueira (2010), relata em sua obra de acordo com Rocha e Gonçalves (1987) o verdadeiro intuito desse projeto ter dado certo.

A criação do Imperial Instituto dos meninos cegos, se deu porque o Dr. Xavier Sigaud, médico particular do imperador, percebeu que sua filha cega, Adéle, apresentava atraso na alfabetização. Por não haver nenhum especialista no país, a alternativa para ocasião foi chamar o professor José Alvarez de Azevedo, o qual estudava na França, na escola de Valentin Haüy, a escola especializada em cegos mais importante da Europa. Assim sendo, Azevedo era o brasileiro mais indicado, portanto para assumir a função de educar crianças com deficiência. Adéle Sigaud foi apenas uma deficiente cujo pai tinha influencias políticas na corte, porém outros cegos já esperavam essa oportunidade educacional há muito (MOSQUERA; 2010 *apud* ROCHA; GOLÇALVES, 1987, p. 187).

A partir deste momento, podemos compreender, a verdadeira intensão desse projeto ter dado certo, de um lado a influência da elite, que teve papel importante através da política, de outro, a necessidade de atendimento as pessoas com deficiência visual, que neste período, a população de cegos girava em torno de 16.000 pessoas sendo matriculados no Imperial Instituto dos Meninos Cegos, apenas, 35 deficientes visuais (Corrêa, 2010). O número de pessoas que necessitavam era crescente, nos anos subseqüentes foi ampliado a oferta de atendimento a esses deficientes.

Passado este período, surgem as formas educacionais integracionistas que foi vigente até o fim do século XX e que até hoje, perpetuam em nossa sociedade e possui resquícios negativos desta fase, os alunos conceituados com necessidades especiais tinham que se adaptar as normas e regras ofertados nos sistemas de ensino, atribuindo o sucesso ou o fracasso da aprendizagem, exclusivamente, a pessoa com deficiência visual, pois envolve direto e subjetivamente as relações pessoais integracionistas.

Segundo Glat (1991), a integração “é um processo espontâneo e subjetivo, que envolve direta e pessoalmente o relacionamento entre seres humanos”. Na opinião de Rodrigues (2006),

“a integração pressupõe uma ‘participação tutelada’, uma estrutura com valores próprios aos quais o aluno ‘integrado’ se tem que adaptar”.

As instituições destacadas neste período, foram o Instituto de Cegos Padre Chico, fundado em 1928, na cidade de São Paulo, que atendia, em uma escola residencial, crianças em idade escolar. Temos também no Brasil, O Instituto Benjamim Constant (IBC) que em 1942, editou em braile a Revista Brasileira para Cegos, em 1943, instalou a imprensa braile e através da Portaria Ministerial nº 504, de 17 de setembro de 1949 passou a distribuir gratuitamente livros em braile às pessoas cegas que o solicitassem. Outro acontecimento que marcou época foi a instalação, em São Paulo, da Fundação para o Livro do Cego no Brasil (FLCB), em março de 1946. O objetivo inicial deste órgão era produzir e distribuir livros impressos em braile. Depois, suas atividades foram ampliadas passando a atuar na educação, reabilitação e bem-estar social das pessoas cegas e portadoras de visão subnormal. (CORRÊA, 2010; MOSQUERA, 2010, MAZZOTTA, 2011).

A integração escolar demonstrou em vários sentidos uma inviabilidade nos avanços dos processos de educação da pessoa com deficiência, pois a escola ofertava serviços segregados em um sistema de cascata ou *mainstreaming*, onde os alunos poderiam estar aprendendo de forma separada dos demais, como classes e escolas especializadas, não inclusivas, potencializariam as diferenças.

Para Mantoan, (1993, p. 3):

Nas situações de *mainstreaming* nem todos os alunos cabem e os elegíveis para a integração são os que foram avaliados por instrumentos e profissionais supostamente objetivos. O sistema se baseia na individualização dos programas instrucionais, os quais devem se adaptar às necessidades de cada um dos alunos, com deficiência ou não.

A autora ainda afirma que, “Trata-se de uma alternativa em que tudo se mantém, nada se questiona do esquema em vigor”.

Tendo em vista o esgotamento do modelo integracionista, percebeu-se a necessidade de avançar nas metodologias e estratégias de aprendizagem das pessoas com deficiência, onde a potencialidade deveria estar no aprender juntos, na valorização das diferenças em sala de aula, não havendo a moldagem do educando a escola, mas na interação do ensino aprendizagem em relação as necessidades educativas do aluno, caracterizando, neste momento o movimento de inclusão educacional, além da ressignificação da formação de professores, para um visão que contempla o perfil reflexivo das práticas educativas.

Ilustrando a fase de inclusão no Brasil, podemos destacar, que desde a criação do IBC, apenas em 1961 temos em lei algo que estabeleça o direito à educação aos portadores de deficiência visual: a Lei 4.024/1961 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional) com a recomendação de integrar, no sistema geral de ensino, a educação de “excepcionais”, como eram chamadas na época as pessoas com deficiência visual. Neste sentido, percebe-se as primeiras preocupações do governo em realizar de forma democrática a inclusão de alunos com necessidades educativas especiais na busca pela qualidade do ensino.

Dez anos depois, a Lei nº 5.692/71, que altera a LDBEN de 1961, ao definir “tratamento especial” para os alunos com “deficiências físicas, mentais, os que se encontram em atraso considerável quanto à idade regular de matrícula e os superdotados”, não promove a organização de um sistema de ensino capaz de atender às necessidades educacionais especiais e acaba reforçando o encaminhamento dos alunos para as classes e escolas especiais, percebemos um retrocesso na implantação de uma escola inclusiva.

Até a promulgação da Constituição Federal de 1988, com seus artigos (205 e 206), pouco mudou em relação as leis e decretos nacionais no que diz respeito a proteção e amparo as pessoas deficientes visuais.

As iniciativas mais expressivas de inclusão ou de mudanças de paradigmas da educação especial ocorreram em 1994, em uma conferência realizada pela UNESCO, em Salamanca na Espanha. A conferência, contando com a participação de mais de oitenta representantes de Estados Nacionais e vinte e cinco Organizações Não Governamentais de representação de deficientes resultou na elaboração de um documento considerado um marco no processo educacional das pessoas com deficiência visual, denominada Declaração de Salamanca.

Neste documento foram reafirmadas as discussões desde a Declaração dos Direitos Humanos de 1948, perpassando pelas diversas declarações das Nações Unidas que culminaram, em 1993, nas Normas das Nações Unidas sobre a Igualdade de Oportunidades para as Pessoas com Deficiência Visual, bem como o compromisso em prol da Educação para Todos.

Pela primeira vez, em âmbito educacional, as pessoas com deficiência visual foram contempladas no que diz respeito ao direito de estudar nas chamadas salas regulares, perdendo assim o caráter discriminatório da segregação ou exclusão.

Para tanto, foi levado em conta que cada indivíduo tem capacidades, interesses e peculiaridades próprias em seu processo de aprendizagem. Cabe aos sistemas educacionais promoverem o planejamento para contemplar em um só espaço diversas formas de

aprendizagem, concebendo todos aqueles que tenham dificuldade durante o processo educacional como necessidades educativas, havendo a obrigação de responder a tais necessidades.

No contexto de iniciativas de mudanças em prol de uma educação mais inclusiva, é criado e aprovado no Brasil a Lei de Diretrizes e Base da Educação nº 9.394/96, que em seus artigos 58 e 59 garante que haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender as peculiaridades da clientela de educação especial; O atendimento educacional será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível a sua integração nas classes comuns de ensino regular. Preconizam, ainda, que os sistemas de ensino devem assegurar aos alunos currículo, métodos, recursos e organização específicos para atender às suas necessidades; assegura a terminalidade específica àqueles que não atingiram o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental, em virtude de suas deficiências.

Na prática tem a função de auxiliar o aluno deficiente na sua formação, almejando o pleno desenvolvimento dos envolvidos e sua participação ativa na sociedade, pois neste momento de mudanças as pessoas deficientes visuais passam a ser vistas como cidadãos plenos de direitos que podem contribuir diretamente na sociedade de forma crítica e participativa.

Com isto, a escola, os professores e os demais níveis de ensino deverão perceber a pessoa com deficiência como capaz de múltiplas potencialidades. O aspecto inclusivo deverá estar presente em todos os âmbitos sociais, em especial, o educacional. Citada na Lei Brasileira de Inclusão - LBI nº 13.146 de 2015, em seu Art. 28, item I, II e VI:

I – Sistema educacional inclusivo em todos os níveis e modalidades, bem como o aprendizado ao longo de toda a vida; II – Aprimoramento dos sistemas educacionais, visando a garantir condições de acesso, permanência, participação e aprendizagem, por meio da oferta de serviços e de recursos de acessibilidade que eliminem as barreiras e promovam a inclusão plena; VI – Pesquisas voltadas para o desenvolvimento de novos métodos e técnicas pedagógicas, de materiais didáticos, de equipamentos e de recursos de tecnologia assistiva.

Diante desse desafio torna-se necessário e urgente a transformação da estrutura pedagógica da escola e de todos aqueles que estão envolvidos no ato do ensino e da aprendizagem para que se obtenha inovação e aprimoramento de suas práticas as quais atendam realmente as diferenças.

Para Mantoan (2007, p. 45):

A transformação da escola não é, portanto, uma mera exigência da inclusão escolar de pessoas com deficiência e/ou dificuldades de aprendizado. Assim sendo, ela deve ser encarada como um compromisso inadiável das escolas, que terá a inclusão como consequência.

É perceptível que existe uma necessidade de rever as estruturas metodológicas de ensino, pois, a escola pelo fato de ser o lócus das diferenças sociais, acaba tornando-se um espaço de construção e reconstrução do fazer pedagógico. A educação inclusiva, portanto, precisa avançar na mentalidade dos profissionais da educação, de modo que aprender seja acessível e de qualidade para todos, como assegura a atual Lei de Inclusão ou Estatuto da Pessoa com Deficiência, lei Nº 13.146 de 6 de julho de 2015.

Cap. IV, Art. 27. A educação constitui direito da pessoa com deficiência, assegurado sistema educacional inclusivo em todos os níveis e aprendizado ao longo de toda a vida, de forma a alcançar o máximo desenvolvimento possível de seus talentos e habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais, segundo suas características, interesses e necessidades de aprendizagem.

Por tanto, a educação proporciona em aspectos legais, garantias que contribuam diretamente através de ações afirmativas, como também de permanência dos alunos com deficiência visual ao sistema educacional. No entanto existem vários percalços para atingir estes direitos, em especial a falta de formação dos profissionais, a negligência de acesso pelos estabelecimentos de ensino, como também acesso limitados por meio de falta de recursos financeiros.

Aspectos Históricos da Educação Inclusiva no Ceará

O Ceará soma pelo menos 2.340.150 pessoas com deficiência. O número, resultado do Censo 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), faz parte de estudo divulgado pelo Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE), que compilou os dados estadual e regional. O trabalho mostra que o percentual da população residente no Estado com algum tipo de deficiência (27,69%) supera os índices nordestino (26,63%) e nacional (23,92%) (IBGE, 2010).

Em relação aos demais estados, o Ceará figura em terceiro lugar, atrás de Rio Grande do Norte e Paraíba. A pesquisa mostra ainda que a deficiência mais comum entre os brasileiros

é a visual (18,76%). No Ceará, a proporção é ainda maior, de 22,15%, o que representa 1.871.784 de pessoas (IBGE, 2010).

No contexto da história da educação especial no Ceará, assim como no de forma geral no Brasil, demorou bastante para ter um Instituto de assistência as pessoas com deficiência, as preocupações partiram de medidas isoladas de alguns grupos de pessoas.

Na cidade de Fortaleza, foi criada a primeira instituição para atender aos portadores de deficiência visual. Esta instituição foi fundada em 1942, sem fins lucrativos e de origem privada. Trata-se da Sociedade de Assistência aos Cegos, instituída com o único fim de prevenir, tratar os possíveis problemas oftalmológicos causados pelo tracoma. Em 1943 surge o Instituto dos Cegos do Ceará, que teve por preocupação a educabilidade dos deficientes visuais (MAGALHÃES, 2002, p. 74).

Percebe-se que o primeiro intuito de educação inclusiva no Ceará teve iniciativa privada, ou seja, para elite, excluído a população pobre que também apresentava deficiência visual, não tinha a intenção de educar, mas sim, buscar uma “solução”, “cura”, “prevenção” para aquele corpo “deficiente”.

Leitão (2008, p. 88) esclarece que:

Apesar de ter como um dos seus objetivos educar os cegos ali residentes, as atividades desenvolvidas inicialmente na Casa dos Cegos do Ceará pareciam dar prioridade aos treinamentos de atividades de vida diária, o desenvolvimento de habilidades laborativas – como preparação para o trabalho, por exemplo. A escolarização dessas pessoas, pelo que tudo indica, veio concretizar-se alguns anos depois, com a cessão de professores da rede estadual de ensino ao Instituto dos Cegos para o exercício de suas funções.

Com o tempo, o Instituto dos Cegos do Ceará, começou a ter um viés educacional, com iniciativas de atividades que priorizasse o desenvolvimento motor e intelectual das pessoas deficientes visuais, de uma maneira que pudesse conviver com a limitação que possuíam, e, não “concertar” o corpo com deficiência, mas aprender a ter uma vida “normal” em sociedade e no dia a dia, como locomoção, atividades domésticas e preparação para a inclusão no mercado de trabalho.

As ações direcionadas à educação passam a figurar de forma evidente a partir da década de 1960 quando surgem os cursos de formação de professores especializados, em São Paulo, por meio da Fundação para o Livro dos Cegos do Brasil juntamente com o Ministério Educação (LEITÃO, 2008, p. 99).

Algum tempo depois, passou a se pensar em formação de professores para educação especial, com cursos de formação e aplicabilidade nas classes “especiais” a fim de promover a inclusão deste público específico.

Ao final de 1956 inicia em Fortaleza uma série de palestras em escolas e ONGs como ações da Campanha Nacional de Prevenção à Cegueira, tendo como um dos focos o combate ao tracoma, doença ocular infectocontagiosa que pode levar à cegueira e muito comum no Ceará nesta época, principalmente na região do Cariri (LEITÃO, 2008, p. 89-90).

Novamente, neste período, intensifica-se no Ceará, e destaque no cariri, ações para pessoas com deficiências visuais, mas ainda permanece o viés médico, de “cura”, “prevenção”. Começa-se a investigar sobre a origem das doenças como causa da cegueira nas pessoas, a principal preocupação, gerando ainda mais exclusão destas pessoas, deixando a impressão que eram vistas como “doentes”, enquanto que as educacionais não tinham papel prioritário.

Avançando na história, somente depois de muito tempo, surgem políticas públicas em prol da educação especial, com ações de inclusão escolar, preocupados com a integração e igualdade educacional das pessoas com deficiência visual.

Atualmente, a Educação Especial é bastante questionada. Esta modalidade de educação se tornou alvo de várias discussões em congressos, seminários, colóquios e merece a atenção de estudiosos e pesquisadores das mais diversas áreas da atividade social.

Inclusão de Pessoas com Deficiência Visual no Cariri

Em relação a educação inclusiva na região do Cariri, com foco no atendimento as pessoas com deficiência visual apresentaremos as ações (projetos, eventos e trabalhos), desenvolvidos em Crato, Juazeiro do Norte, no estado do Ceará. Mostrar estes dados contribuem para promover reflexões sobre os processos de inclusão, bem como contribuir para divulgar o que já foi feito de positivo na região desenvolvendo o pensamento do que ainda precisamos alcançar neste processo.

As ações desenvolvidas na região do Cariri serão distribuídas em tabelas para o melhor entendimento do que avançamos e do que ainda precisamos realizar a fim de promover uma educação com mais igualdade. A tabela 1 abaixo representa as ações na cidade de Crato – CE.

Tabela 1: Ações desenvolvida nas instituições de ensino de Crato.

Local	Ações
Atendimento Educacional Especializado da Escola de Ensino Médio de Tempo Integral Governador Adauto Bezerra	Projeto Literatura de Cordel, que são cordéis produzidos pelos alunos cegos; Sala de recursos multifuncionais que possui livros de ciências do Fundamental II em braille, letras ampliadas para baixa visão e em áudio fornecidos pelo Centro de Referência em Educação e Atendimento Especializado do Ceará (CREAECE); Computadores com teclado em braille e com o sistema operacional DOSVOX. Materiais didáticos grafotáteis de ciências, doados pelo Instituto Benjamin Constant como o reino monera, germinação, corpo humano, sistema circulatório.
Escola de ensino infantil e fundamental Liceu Diocesano de Artes e Ofícios	Semana de sensibilização da educação inclusiva, com atividades e palestras sobre o respeito as pessoas com deficiência, a qual se encontra em sua oitava edição neste ano de 2018.
Centro Educativo do Cariri de Apoio as Pessoas com deficiência Visual	Curso de argila em 2013; Curso de braille em 2014 e 2018; Curso de fotografia em 2016; Atualmente juntamente com a cooperativa CRAJUA e VIAMETRO, confecciona carteirinhas para os portadores de deficiência visual com direito a acompanhante.
Geopark Araripe	Todas as maquetes dos Geossítios são áudio descritivas, projeto feito em 2017; Projeto “Livro de Pano” da Professora Neuma, é feito todo em auto relevo, em que conta diferentes histórias, é desenvolvido tanto no curso de pedagogia da URCA quanto em escolas públicas de Crato; Desenvolveu em 2014 trilhas adaptadas para alunos deficientes visuais; Em 2018 está organizando uma trilha no sitio fundão adaptado para pessoas com deficiência.
NUARC (Núcleo de Acessibilidade) da Universidade Regional do Cariri – URCA	Mês de abril de 2017 foi feito o procedimento de verificação de quais e quantos alunos com deficiência visual na URCA. No corrente mês foi realizado o evento “Autismo: Uma discussão necessária no campo acadêmico: Primeiras aproximações”. Neste período ainda foram feitos nomes das regiões do mapa do Brasil em Braille destinado a um trabalho de um discente do curso de Geografia, com baixa visão. Projeto “Empresta sua Voz?” O livro Romancero da inconfidência foi escaneado para o projeto empreste a sua voz? Uma Prova de Química e uma de física para alunos da UFCA foram adaptadas e impressas. Produção de poemas, poesias, palavras em Braille para uso na disciplina de Braille; Início de primeira Apostila de Inglês adaptada para o Braille; Uma Oficina de Braille no evento da SBPC (Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência) na URCA; Textos em Braille para o projeto sobre plantas medicinais do curso de Biologia destinado para escolas públicas do Crato para alunos deficientes visuais; Sete Textos em Braille sobre os Geossítios; Pequenos textos (legendas) em braille de fotos para exposição do curso de Artes da URCA de Juazeiro do Norte-CE; 10 impressões em braille com os nomes das placas dos departamentos e salas da URCA em Braille; Pequenos estudos como utilizar os programas fornecidos na internet para pessoas com deficiência visual – NVDA e DOSVOX; Apresentação em pôster dos trabalhos sobre o projeto de Adaptação de Material Pedagógico aos Alunos com Deficiência na URCA. Assim como o trabalho na modalidade pôster sobre o projeto “Empresta sua voz?”
Biblioteca da Universidade Regional do Cariri – URCA	Foram encontradas nove monografias sobre a inclusão de deficientes visuais: COELHO, A. G. Inclusão de alunos com deficiência visual através do atletismo. Educação física, Crato, 2016.; BEZERRA, M. E. de S. Inclusão de adolescente com deficiência visual na escola Pedro Nunes de Sousa. Educação, Crato, 2015.; SOUSA, A. P. F. de. Formação docente para educação especial: o olhar que quem não vê na educação infantil. Educação, Crato, 2014.; SILVA, M. S. F. Adolecer com deficiência visual: o olhar da enfermagem frente as percepções de sua sexualidade. Enfermagem, Crato, 2011. SOARES, A. L. F. Dificuldades física adaptada para deficiente visual. Educação física, Crato, 2010.; MENESES, M. do S. Deficiência visual no âmbito escolar. Educação, Limoeiro do Norte, 2008. BANDEIRA, A. S. Desenvolvimento da leitura das pessoas com deficiência visual da escola José Bezerra em Juazeiro do Norte, CE. Letras, Crato, 2006. DANTAS, L. H. C. B. Aquisição de inclusão de classes em crianças portadoras de deficiência visual: um estudo comparativo. Educação, Fortaleza, 1995. MENDONÇA, G. P. P. de. Tomada de perspectiva entre crianças videntes e portadoras de deficiência visual. Outras, Fortaleza, 1994.

Fonte: Autores da pesquisa.

Analisando a tabela 1, podemos perceber muitas ações no município de Crato – CE, o que nos faz refletir as mudanças de atitudes de muitas pessoas na busca por qualidade na educação das pessoas com deficiência visual. São oferecidos diversos temas com foco na inclusão, reconhecendo a diversidade com o desenvolvimento de atividades comprometidas com a inserção educacional e social. A tabela 2, abaixo, representa as ações no município de Juazeiro do Norte – CE.

Tabela 2: Ações desenvolvida nas instituições de ensino de Juazeiro do Norte

Local	Ações
Secretaria de Acessibilidade da Universidade Federal do Cariri – UFCA	<p>Em 2018:</p> <p>II Fórum de Educação Inclusiva no Ensino Superior da Universidade Federal do Cariri (UFCA);</p> <p>A Pró-reitoria de Ensino (PROEN), da Universidade Federal do Cariri (UFCA), tornou público o processo seletivo para seleção de bolsistas do Programa de Aprendizagem Cooperativa em Células Estudantis (PACCE) as bolsas foram destinadas para estudantes que proponham células estudantis de aprendizagem cooperativa voltadas para a promoção da acessibilidade dos estudantes com deficiência (visual, auditiva, física, cognitiva ou múltipla) recém-ingressos na UFCA.</p> <p>Em 2017:</p> <p>Palestras intituladas “ Educação, políticas públicas e inclusão e Acessibilidade e Inclusão na Educação, no evento Práticas Inovadoras em Educação;</p> <p>O curso de jornalismo desenvolveu a II Semana de Jornalismo, com o tema Convergência nas Mídias Digitais, em que contou com a palestra intitulada “Comunicação Acessível nos Mídias Digitais”;</p> <p>A Diretoria de Comunicação (DCOM) e a Diretoria de Tecnologia da Informação (DTI), em parceria com o curso de Jornalismo, promoveu, um treinamento para conteudista web, o qual aconteceu o curso de Acessibilidade Web, em que foi abordado sobre Conceito e importância da acessibilidade na web.</p> <p>Acesso da pessoa com deficiência ao meio virtual;</p> <p>Recursos de tecnologia assistiva;</p> <p>Recomendações de acessibilidade;</p> <p>Práticas do desenvolvimento Web acessível;</p> <p>Avaliação de acessibilidade; Recursos e ferramentas;</p> <p>IV Encontro dos NAPNES - Educação Inclusiva: Direitos, saberes e vivências.</p> <p>Em 2016:</p> <p>III mostra UFCA contou com projeto Transolhar, que aproxima pessoas com deficiência visual da fotografia;</p> <p>I Fórum de educação inclusiva no ensino superior UFCA: bases conceituais e práticas inclusivas para pessoas com deficiência;</p> <p>Curso de audiodescrição para vídeo;</p> <p>Oficina de bijuterias, contando com 10 estudantes cegos e surdos;</p> <p>Capacitação de professores de vários cursos da UFCA intitulado “Acessibilidade na Prática Didática”.</p>

Fonte: Autores da pesquisa

Na descrição das ações na cidade de Juazeiro do Norte, tem-se muitas ações educativas e sociais, porém em apenas um ponto isolado, visto que ainda não tivemos acesso às escolas do

município que apresentam estudantes deficientes visuais. A Secretaria Municipal de Educação não forneceu ainda o quantitativo de escolas com este público.

No contexto, a nossa concepção é de contribuirmos, junto ao Programa de Mestrado Profissional em Educação com o projeto intitulado “Práticas educativas no ensino de ciências para estudantes com deficiência visual do ensino fundamental” somando ações, junto as escolas destes municípios da região do Cariri (Crato e Juazeiro do Norte), que apresentam estudantes deficientes visuais. Portanto, construindo e desenvolvendo uma aprendizagem que enfrente os desafios do ideário da inclusão com o intuito de favorecer uma aprendizagem mais flexível, dinâmica, valorizando e respeitando as diferenças.

Conclusão

Com a realização desse estudo ficou evidente o avanço que a região do Cariri alcançou em relação as ações educativas para deficientes visuais, foram destacados atividades e projetos com uma preocupação significativa na busca pela qualidade e permanência desse público na vida ativa em sociedade. Porém muito ainda precisa-se avançar para que novas intervenções sejam realizadas, nas escolas e Instituições de ensino Superior da região do Cariri que contemple as pessoas com deficiência visual.

As instituições de ensino devem proporcionar a permanência dos estudantes deficientes visuais garantindo ações afirmativas que promova transformações, inovações, aprimoramento de práticas na construção do caráter crítico e autônomo desse público, como fator positivo de inclusão social.

Referências

BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. 292 p.

_____. *Lei 4.024*, de 20 de dezembro de 1961. Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília: DF. 1961. Disponível em: < http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-4024-20-dezembro-1961353722_publicacaooriginal-1-pl.html >. Acesso em: 20 de março e 2018.

_____. MINISTÉRIO DA AÇÃO SOCIAL. Coordenadoria Nacional Para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência. *Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais*. Brasília, 1994.

_____. *Lei 5.692*, de 11 de agosto de 1971. Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus e dá outras providências. Brasília, DF: 1971. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L5692.htm>. Acesso em: 20 de março de 2018.

_____. Lei Brasileira de Inclusão (LBI). *Lei nº 13.146* de 6 de julho de 2015. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm>. Acesso em: 20 de março de 2018.

_____. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. *Lei nº 9.394/96*, de 20 de dezembro de 1996.

_____. Ministério da Educação. Instituto Benjamin Constant. Disponível em: <<http://www.ibc.gov.br/>>. Acesso em: 20 de março de 2018.

CARTILHA DO CENSO 2010. Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH/PR). Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência (SNPD). Coordenação-Geral do Sistema de Informações sobre a Pessoa com Deficiência; Brasília: SDH-PR/SNPD, 2012.

CORRÊA, M. A. M. *Educação especial*. v. 1. Rio de Janeiro: Fundação CECIERJ, 2010. 208p.

GLAT, R. A integração social dos portadores de deficiência: uma reflexão. Rio de Janeiro: Sette Letras, 1995.

GÓES, M. C. R. de.; LAPLANE, A. L. F. de. *Políticas e práticas de educação inclusiva*. 4. ed. rev. Campinas – SP: autores associados, 2013.

JANNUZZI, G. S. de M. *A educação do deficiente no Brasil: dos primórdios ao início do século XXI*. 3. ed. rev. Campinas – SP: autores associados, 2012.

LEITÃO, V. M. *Instituições, campanhas e lutas: história da educação especial no Ceará*. Fortaleza, CE: Edições UFC, 2008. 169p.

MAGALHÃES, R. C. B. P. et al. *Reflexões sobre a diferença: uma introdução à educação especial*. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2002.

MANTOAN, M. T. E. *Integração x Inclusão: Escola (de qualidade) para Todos*. 1993.

MANTOAN, M. T. E. *Sobre o especial na e o especial da educação – breves considerações*. In: *Ensaio Pedagógico: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial*, p. 49-54, 2007.

MASINI, E. F. S. Totalized learning: does it make the learning of visual, deaf and without sensorial deficient children? *Rev. Bras. Ed. Esp.*, Marília, v. 9, n. 2, p. 237-248. 2003.

MAZZOTTA, M. J. S. *Educação especial no Brasil: história e políticas públicas*. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

MOSQUERA, C. F. F. *Deficiência Visual na Escola Inclusiva*. Curitiba: IbpeX, 2010.

RODRIGUES, D. *Educação Inclusiva: as boas e as más notícias*. In: RODRIGUES, David (org.). *Perspectivas sobre a inclusão; da educação à sociedade*. Porto: Porto, 2003.

UNESCO. *Declaração mundial sobre educação para todos e plano de ação para satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem*. 1990. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0008/000862/086291por.pdf>>. Acesso em: 20 de março de 2018.

ZAVAREZE, T. E. *A Construção Histórico Cultural Da Deficiência E As Dificuldades Atuais Na Promoção Da Inclusão*. Disponível em: <www.psicologia.com.pt>. Acesso em: 20 de março de 2018.

Como citar este artigo (Formato ABNT):

LE MOS, Sebastiana Micaela Amorim; FERNANDES, George Pimentel. Ações Educativas para Inclusão de Deficientes Visuais no Sistema de Ensino. *Id on Line Rev. Mult. Psic.*, 2019, vol.13, n.44, p. 758-771. ISSN: 1981-1179.

Recebido: 19/02/2019;

Aceito 23/02/2019.